

TERMO DE REFERENCIA - PROVISÓRIO

**TERMO DE REFERENCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA ESPORTIVA DO ESTADO DO TOCANTINS, REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÕES, PRODUÇÃO DE LAYOUT / BONECO DO GUIA PRÁTICO DE PESCA ESPORTIVA E FORMATAÇÃO DE ROTEIROS DE PESCA ESPORTIVA NOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS SELECIONADOS.**

1. **ANTECEDENTES E CONTEXTO**

O Governo do Estado do Tocantins negociou um contrato de empréstimo (Nº 8185-0/BR) com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para financiamento da execução do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins (PDRIS).

A presente contratação de consultoria para Elaboração do Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento da Pesca Esportiva do Estado do Tocantins, Realização de Capacitações, elaboração do layout e boneco para a produção do Guia Prático de Pesca Esportiva, Formatação e implantação de Roteiros de Pesca Esportiva nos Municípios Turísticos Selecionados, tem como fonte financiadora o PDRIS que tem como executores a Secretaria do Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) a Agência Tocantinense de Transportes e Obras (AGETO), a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes (SEDUC), a Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRO) e o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS). Em novembro de 2016, na Missão do BIRD na Revisão de Meio Termo do PDRIS a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura - SEDEN passou a integrar ao conjunto de entidades executoras do Acordo de Empréstimo Nº 8185-0/BR.

 A coordenação geral do PDRIS está sob responsabilidade da Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP-PDRIS, por meio da Diretoria Geral de Assuntos Estratégicos da SEPLAN.

O Projeto tem por objetivo fomentar o melhoramento da eficácia do transporte rodoviário e a eficiência na seleção dos serviços públicos em apoio ao desenvolvimento integrado e territorialmente equilibrado do Estado. Os objetivos serão atingidos com o apoio ao melhoramento da acessibilidade das populações, territórios e regiões produtivos aos trabalhos, serviços, recursos e mercados e o reforço institucional para contribuir na modernização da gestão do serviço público, reforço das atividades econômicas locais nos territórios, melhoria da gestão ambiental e nos serviços educacionais. O Projeto é constituído pelos seguintes componentes e seus respectivos subcomponentes:

**Componente 1 - O melhoramento da eficácia do transporte rural:**

1. *Melhoramento das condições de transporte nas redes municipais;*
2. *Rejuvenescimento e melhoramento da eficiência do gerenciamento da malha rodoviária estadual pavimentada através da implementação de contratos CREMA (Conservação, Restauração e Manutenção);*
3. *Melhoramento das condições de transporte na rede estadual e da segurança rodoviária nas estradas estaduais não pavimentadas;*
4. *Melhoramento da capacidade de planejamento e gerenciamento do transporte e da logística, incluindo nos seus aspectos de segurança, no Estado através de apoio institucional.*

**Componente 2 - O melhoramento da eficiência e seleção dos serviços públicos:**

1. *Modernização da administração via a introdução de uma cultura de Gestão para Resultados, onde o Planejamento Estratégico é o pilar principal. Cada órgão deverá ter seu planejamento estratégico e o Mapa Estratégico alinhado às estratégias do governo;*
2. ***Apoio ao desenvolvimento da produção local, principalmente por meio do desenvolvimento de projetos pilotos de capacitação, infraestrutura e cadeia de produção;***
3. *Melhoramento do gerenciamento ambiental e desenvolvimento rural em articulação com os outros componentes e o GEF, nas áreas do melhoramento do licenciamento, da proteção da biodiversidade e da gestão dos recursos hídricos;*
4. *Melhoramento da qualidade na educação via a implementação de sistemas de informação e gerenciamento, capacitação e apoio a populações frágeis.*

A SEDEN atua na gestão dos contratos de prestação de serviços de consultoria, de aquisição de equipamentos, de capacitação e de obras relativas ao Componente 2 – Subcomponente 2.2 - “ Desenvolvimento do Ecoturismo” do PDRIS, destacada acima.

**1.1 SELEÇÃO DAS REGIÕES TURÍSTICAS**

Para o desenvolvimento da consultoria foram selecionados municípios da região turística Serras e Lago e da Região Turística Ilha do Bananal. As regiões selecionadas são consideradas estratégicas para o desenvolvimento do segmento turístico de pesca, pois são áreas que historicamente recebem fluxos de visitantes para pesca, combinada com banhos em praias e outras atividades de lazer em família. Palmas, sendo capital do Estado do Tocantins, possui a melhor infraestrutura receptiva e facilidades de acesso aéreo e terrestre. Com o crescimento da atividades turística estadual, em especial do turismo de sol e praia nas regiões selecionadas, a pesca, com caráter esportivo, começou a comercializada por agências de viagens e receptivos turísticos, e vem atraindo crescentes demandas de visitantes para este segmento.

As área de abrangência do trabalho envolve os municípios de Palmas, Porto Nacional e Lajeado (região Serras e Lago), e o município de Peixe (região Ilha do Bananal). Com o intuito de fomentar do segmento turístico de pesca esportiva, inicialmente nos territórios selecionados, a consultoria contratada deverá executar serviços de diagnóstico e planejamento da atividade de pesca esportiva no Estado do Tocantins, realização de capacitações e desenvolvimento de roteiros turísticos de pesca esportiva nos municípios selecionados, além da elaboração do layout e boneco para produção do Guia Prático de Pesca Esportiva do Estado do Tocantins. A seguir uma breve descrição da área de abrangência:

**1.1.1 Município de Palmas e Entorno**

 Esta região situa-se na parte central do Estado, e terá como municípios alvo desta consultoria: Palmas, Porto Nacional, Lajeado. O principal potencial turístico da região é o Turismo de Negócios e Eventos além dos segmentos de Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo de Pesca.

A região tem como principal destino turístico o Município de Palmas, capital do Tocantins, sendo considerada a mais nova capital planejada do país. A cidade possui posição privilegiada, estando localizada no centro geodésico do país, entre o Lago da UHE – Lajeado, com 680 km², e a Serra do Lajeado, espaço repleto de atrativos turísticos naturais e culturais. Palmas foi eleita como destino indutor de desenvolvimento do turismo pelo Ministério do Turismo. Conta com a principal infraestrutura de apoio ao visitante do Estado, com o Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues que possui capacidade de 370 mil pax/ano, redes hoteleiras internacionais, redes de supermercados e de fast food.

No ano de 2015 Palmas foi sede do 1° Torneio Nacional de Pesca Esportiva, que aconteceu no Lago da UHE do Lajeado, tendo o Tucunaré como um dos principais atrativos. O reservatório formado pelo represamento do Rio Tocantins, com a construção da Hidroelétrica de Lajeado – Luís Eduardo Magalhães, possui uma extensão de 170 km, abrangendo 06 municípios: Palmas, Miracema, Lajeado, Brejinho de Nazaré, Porto Nacional e Ipueiras.

O lago é atravessado pela Ponte Fernando Henrique Cardoso, que também é conhecida como da Ponte da Amizade e Integração, sendo considerada um atrativo turístico e um importante equipamento público que liga Palmas a Luzimangues, distrito do município de Porto Nacional, e via de acesso à BR 153

APA Lago de Palmas

A Área de Proteção Ambiental do Lago de Palmas foi criada pela Lei Nº 1.098 de 20 de outubro de 1999, compreendendo uma área de 50.370 hectares no município de Porto Nacional - TO.

Essa unidade de conservação visa disciplinar a implantação de empreendimentos potencialmente poluidores e a urbanização no entorno do lago de Palmas. Os objetivos da APA do Lago de Palmas são proteger a fauna, a flora, o solo, a qualidade das águas, de forma a garantir o aproveitamento equilibrado sustentável e compatível com a conservação dos ecossistemas locais.

De acordo com a Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2.000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC a APA é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A APA tem como Missão: *“Proteger a Biodiversidade e disciplinar o processo de urbanização, assegurando a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, buscando conciliar as atividades humanas com a preservação do meio ambiente*”, e como visão: “*Garantir para as presentes e futuras gerações a compatibilização entre a preservação ambiental e as atividades socioecônomico, essenciais na construção de uma sociedade sustentável*”.

**1.1.2 Município de Peixe**

Situado na Mesorregião Ocidental do Tocantins, integrando a 10ª Região Administrativa do Estado, Peixe fica à margem esquerda do Rio Tocantins, no extremo centro-sul do Estado. O município possui uma população de 11.467 hab., situa-se numa área de 5.291,20 Km², a uma altitude de 240 metros em relação ao nível do mar. (Fonte: http://www.cnm.org.br).

O clima é tropical e a temperatura média é de 28 graus centígrados. Dista a 207 Km da capital, Palmas. Limites: Norte: com Aliança do Tocantins, Gurupi e São Valério da Natividade; Sul: com o Estado de Goiás; Leste: com Palmeirópolis, Jaú do Tocantins e Paranã; Oeste: com Figueirópolis e Alvorada. (Fonte: https://central3.to.gov.br/arquivo/250917/)

1.1.2.1 PRINCIPAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS NATURAIS DO MUNICÍPIO

*Praia da Tartaruga*

 Esta praia é considerada uma dos principais destinos turísticos de Sol e Praia do Estado do Tocantins, recebendo turistas de diversos Estados do País. Esta praia chegou a receber 90 mil turistas no mês de julho, sendo referência na qualidade da estrutura ofertada, em comparação as demais praias do Estado, sendo desenvolvido projetos como a Ecopraia da Tartaruga que teve como metas o uso de mecanismos ecologicamente corretos como fossas biodigestoras, coleta de óleo com caixas de gorduras nos restaurantes, campanhas de educação ambiental quanto a destinação do lixo, entre outras atividades. É uma imensa praia de aproximadamente 2 Km², banhada pelo Rio Tocantins, que além de ser considerada uma das praias com maior beleza natural do Estado do Tocantins, é um ponto de partida para passeios turísticos como o de Pesca Esportiva. O potencial de atividades de safari fotográfico com presença de diversos animais da vida aquática, como as tartarugas, que pela grande quantidade de concentração no local, torna-se um fenômeno único, geram atividades propícias para o ecoturismo. O acesso se dá pela estrada de rodagem até o Porto do Peixe, descendo-se rio abaixo. A duração do percurso fluvial demora cerca de 15 minutos.

*Arquipélago do Tropeço*

É um conjunto de 366 ilhas e ilhotas, formando um belíssimo arquipélago fluvial no Rio Tocantins. Possuem formas e tamanhos variados, em posições tais que fazem o rio correr em saltos sobre as pedras, formando as corredeiras e os remansos. O Tropeção, como é conhecido o lugar, é apenas um referencial. Na verdade, existem outras corredeiras e saltos ao longo do rio, navegáveis em épocas distintas e orientadas pelo nível das águas. O local impressiona pela beleza, porém, oferece perigo a quem não souber se guiar entre os canais convencionados à navegação. Um dos canais mais utilizados no verão é o "Canal das Cuias". O passeio é feito de canoa ou em pequenas lanchas a motor. Por entre os canais se pratica a pesca esportiva, como a pesca do tucunaré e da caranha, abundantes no local. A presença de um guia nos passeios é fundamental. São necessários cuidados especiais e orientações aos visitantes. O acesso ao atrativo é feito pela estrada de rodagem que vai de Gurupi a Peixe (TO-220), seguindo-se de barco, a partir do Porto de Peixe, pelo rio Tocantins, acima, num trajeto de 5 Km até o Arquipélago do Tropeço.

*Lagoa do Peixe*

 A histórica Lagoa do Peixe é o local onde, segundo a lenda, foi encontrado o enorme peixe, que originou o nome do município. A lagoa é patrimônio histórico da cidade. Localiza-se no perímetro urbano.

1. **CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL E ANTECEDENTES**

A Bacia Araguaia-Tocantins abriga mais de 300 espécies de peixe, sendo algumas típicas da Amazônia Central. Apesar do enorme potencial para atividades de pesca esportiva no Estado do Tocantins, a consolidação de produtos e roteiros turísticos adequados para o mercado nacional e internacional ainda é incipiente. Nesse sentido o turismo de pesca esportiva sustentável envolvendo as comunidades ribeirinhas das áreas turísticas selecionadas, são alternativas para o desenvolvimento econômico local, assim como o fortalecimento das identidades culturais regionais, com ênfase em valores da conservação ambiental e das tradições locais.

Atividade oriunda da pesca a pesca esportiva tem capacidade de gerar significativos fluxos turísticos e, consequentemente, benefícios econômicos, que podem ser bem aproveitados no Tocantins pelo seu grande potencial e pela diversidade de espécies de peixes esportivos, genuinamente amazônicos, distribuídos entre os rios Araguaia, Tocantins e outros tantos. Dentre as várias espécies encontradas, o tucunaré atualmente é o peixe que atrai maior número de turistas pescadores do mundo todo para a região Amazônica.

Segundo o EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo, mais de 6 milhões de brasileiros podem ser considerados pescadores, dos quais 287 mil são licenciados pelo MPA-Ministério da Pesca e Aquicultura e ainda que o número de pescadores licenciados aumentou 8,85% em dois anos (entre 2009 e 2010).

De acordo com o National Survey of Fishing Hunting and Wildlife-Associated Recreation, órgão do Governo dos EUA, a pesca esportiva movimenta US$ 42 bilhões nos EUA ao ano (avaliados 2006 e em 2011) e o numero de pescadores maiores de 16 anos chegou a 33,1 milhões, agregando a estes mais 71 milhões de pessoas em atividades de ecoturismo visitação à vida selvagem.

Consciente de todo esse potencial e diante da situação de fragilidade que se encontra esse segmento turístico no Estado, além da pesca clandestina e do alto grau de informalidade existente, o Governo do Tocantins, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura (SEDEN), como forma de promover o desenvolvimento do segmento turismo de pesca com sustentabilidade ambiental, econômica e social pretende, juntamente com as instituições parceiras, promover seu fortalecimento com ações que visam à estruturação, qualificação e promoção da pesca esportiva, consolidando-a como produto turístico de destaque no mercado nacional e internacional.

Diante do exposto o Governo do Estado do Tocantins pretende desenvolver o turismo de pesca nos municípios de Palmas e entorno (Porto Nacional e Lajeado) e no município de Peixe.

1. **OBJETIVO GERAL**
* Elaborar o Plano de Desenvolvimento da Pesca Esportiva do Estado do Tocantins, Formatar e apoiar na comercialização de Roteiros Ecoturísticos de Pesca Esportiva, realizar capacitações e elaborar layout e boneco para a produção do Guia Prático de Pesca Esportiva do Estado do Tocantins.
	1. Objetivos Específicos

- Diagnosticar as áreas potenciais para o desenvolvimento de atividades de esportiva no Estado do Tocantins;

- Definir estratégias, ações e indicadores para o desenvolvimento sustentável do Turismo de Pesca Esportiva no Estado do Tocantins;

- Elaborar Plano Estratégico e Operacional das atividades de pesca esportiva para o Estado do Tocantins;

- Formatar e implantar roteiros de pesca esportiva para as regiões de maior potencial, de forma integrada com outros roteiros turísticos afins do Estado do Tocantins;

- Elaborar relatórios, layout e boneco para subsidiar a produção do Guia Prático de Pesca Esportiva do Estado do Tocantins.

- Realizar capacitações de guias/condutores locais de turismo de pesca esportiva.

1. **OBJETOS E LIMITES DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA**
* **Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento da Pesca Esportiva do Estado do Tocantins e Guia Prático de Pesca Esportiva.**
* Estado do Tocantins
* **Elaboração de Roteiros Ecoturísticos de Pesca Esportiva e capacitações dos condutores/guias de pesca esportiva.**
* Municípios de Palmas, Porto Nacional e Lajeado;
* Município de Peixe;
1. **PRODUTOS E ATIVIDADES PREVISTAS**
	1. PRODUTO 01: ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA ESPORTIVA NO ESTADO DO TOCANTINS

Para elaboração do Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento da Pesca Esportiva do Estado do Tocantins a empresa contratada deverá realizar o Diagnóstico da Área de Abrangência com a finalidade de levantar as características dos cenários empresarial, institucional, legal, ambiental e socioeconômico, além de analisar a posição estratégica das regiões turísticas perante seus concorrentes e subsidiar a elaboração do Plano de Ações para o desenvolvimento turismo de pesca esportiva de forma sustentável e competitiva. O Plano de Desenvolvimento da Pesca Esportiva do Estado do Tocantins deverá definir estratégias e ações para assegurar o desenvolvimento sustentável do segmento de Turismo de Pesca, com o respeito as tradições, culturas e opiniões da comunidade local, além do cumprimento à legislação vigente e o tratamento de fatores preponderantes para o desenvolvimento da pesca esportiva no Estado do Tocantins.

* + 1. **DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA**

Os itens a seguir consistem no roteiro básico para a elaboração dos estudos de seleção e classificação de áreas passíveis de implantação dos roteiros ecoturísticos de pesca esportiva e para elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Pesca Esportiva do Estado do Tocantins:

* + - 1. Estudos de Identificação da demanda, de Áreas Tecnicamente Adequadas para o Turismo de Pesca (Pesca Esportiva)
1. Este subitem consiste na realização de estudos de identificação de áreas tecnicamente adequadas para o desenvolvimento do Turismo de Pesca esportiva no Estado do Tocantins, Identificar os problemas operacionais e logísticos da atividade de pesca esportiva e considerar a influência decorrente de variações sazonais na visitação (período chuvoso e período de seca); Identificar o perfil e hábitos do público usuário e alvo da pesca esportiva;
2. Georreferenciamento e Composição de Mapas: identificar e informar a área para implantação dos roteiros ecoturísticos de pesca esportiva, contendo a descrição dos seus limites geográficos com apresentação em mapa com escala preferencialmente de 1:100.000, além de Identificar, espacializar (georreferenciar), caracterizar e qualificar a infraestrutura turística e de apoio já disponível e a necessária para o desenvolvimento do turismo de pesca esportiva, incluindo pontos das áreas aquáticas com potencial para ser desenvolvido o turismo de pesca esportiva. Os Mapas deverão ser apresentados em meio digital.
	* + 1. Inserção Regional e Arcabouço Legal
3. *Unidades de Conservação (UC)*: identificar e mapear as UCs, municipais, estaduais e federais, porventura existentes, especialmente aquelas de usos restritos na área de abrangência, estabelecendo a distância entre elas e a área selecionada e analisando qualquer possibilidade de interferência quanto aos objetivos da UC;
4. *Bacia hidrográfica*: informar as bacias e hidrográficas da na área de abrangência, citando o nome dos principais rios, informando sobre a existência de Comitês de Bacias Hidrográficas instituídos ou em fase de instituição, bem como a existência dos respectivos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas;
5. *Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes e/ou aplicadas à aquicultura*: listar e expor resumidamente toda a legislação federal, estadual e municipal e os Instrumentos Normativos relacionados à esportiva, particularmente aqueles referentes ao licenciamento ambiental e ao zoneamento ambiental que possam afetar a definição de áreas propícias para o desenvolvimento do projeto; e
6. *Propostas locais para o desenvolvimento do turismo de pesca* esportiva: apresentar, quando estiverem disponíveis, as propostas de planejamento da pesca esportiva já elaboradas pelos governos estaduais e/ou municipais, na região abrangida pelos estudos.
	* + 1. Análise socioeconômica e formas de ocupação da região

Os estudos relativos ao meio socioeconômico e cultural deverão abranger a coleta e a análise de dados primários e secundários na área de abrangência direta, estendendo-se aos principais centros de dinamismo econômico, abordando os seguintes temas:

1. *Patrimônio Histórico e Cultural e Comunidades Tradicionais*: considerar a história e a cultura e a inserção produtiva das colônias de pescadores e comunidades locais para o desenvolvimento do plano estratégico de pesca esportiva estadual, assim como para o desenvolvimento de roteiros ecoturísticos de pesca. O diagnóstico deverá apresentar o histórico da formação e desenvolvimento humano na área de abrangência, identificando e descrevendo os bens relevantes em relação ao patrimônio histórico e cultural;
2. *Estrutura Produtiva do Pescado*: caracterizar e analisar as atividades produtivas, formais e informais, do setor econômico de pesca (primário, secundário e terciário); realizar uma análise integrada das relações de troca entre a economia da área e a economia externa, incluindo sua importância relativa;
3. *Inserção do setor pesqueiro na cadeia produtiva de turismo*: realizar um diagnóstico geral da cadeia produtiva do pescado, abordando os produtos, agentes de produção, atividades econômicas, organizações sociais, localização das unidades (pesca, beneficiamento, etc.), dentre outros aspectos relevantes que se relacionam a cadeia produtiva do turismo;
4. *Uso e Ocupação do Solo*: realizar a caracterização e o mapeamento do uso e ocupação do solo (urbano e rural) das áreas selecionadas, com ênfase e detalhe na área de entorno das Unidades de Conservação e nas proximidades das áreas de pesca;
5. *Infraestrutura Regional*: identificar e mapear a malha viária principal: rodovias, hidrovias, portos e aeroportos; identificar e mapear os sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica; caracterizar o sistema de comunicação; caracterizar e mapear as áreas de lazer e turismo, com vistas a viabilização dos roteiros ecoturísticos de pesca esportiva;
6. *Tráfego Aquaviário*: identificar áreas utilizadas para rotas de navegação de embarcações comerciais ou áreas com a prática de esportes aquáticos; identificar e mapear as áreas de segurança para prática do turismo de pesca nos lagos ou rios;
	* + 1. Avaliação da Atratividade e viabilidade da região

O Turismo de Pesca deverá ser desenvolvido considerando com as seguintes variáveis que devem ser observadas:

• Existência de corpos d’água.

• Espécies de peixes específicas de atratividade à pesca esportiva.

• Infraestrutura básica e de apoio para o Turismo de Pesca.

• Condições de acesso aos locais de pesca.

• Capacidade de suporte do corpo d’água e de sua margem.

• Sustentabilidade da paisagem no entorno.

• Respeito à legislação.

• Promoção e comercialização do produto de Turismo de Pesca nos mercados nacional e internacional.

* + - 1. Identificação do Atrativo Principal

O peixe é o atrativo principal do produto, pois é o que motiva a ida do turista até o destino. Como o produto do Turismo de Pesca é diferenciado, merece que se chame atenção sobre alguns elementos como:

• Espécies de interesse existentes na região.

• Hábitos alimentares dos peixes.

• Melhores lugares para pesca.

• Épocas apropriadas de pesca.

• Prospecção da pesca nos rios da região.

• Segurança.

• Embarcações e equipamentos utilizados.

• Acesso facilitado a informações, principalmente quanto à legislação

* + - 1. Identificação dos Fatores essenciais para o Turismo de Pesca

Com vistas ao desenvolvimento sustentável do segmento e atento aos mais elevados padrões de qualidade, a empresa contratada deverá considerar, necessariamente, os seguintes fatores essenciais para o turismo de pesca, sendo:

**Paisagem –** existência de áreas naturais ricas em corpos d’água conservados e de elementos culturais da região

**Acesso –** em relação ao Turismo de Pesca, o acesso está relacionado à presença de piers, atracadouros e embarcadouros. Quando se trata de locais distantes ou isolados, o acesso a eles poderá se dá por meio dos barcoshotéis. Outra opção de acesso a esses lugares são as lanchas, voadeiras, hidroaviões e helicópteros, que necessitam de infraestrutura especial. Todos esses equipamentos devem ser bem estruturados e oferecer segurança e qualidade de serviços, incluindo sinalização e adaptações necessárias para pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

**Transportes –** Identificar as necessidade de uso de meios de transporte para os locais de pesca, podendo ser lanchas e voadeiras, ou até mesmo via transportes terrestres.

**Meios de hospedagem –** Identificar oferta de meios de hospedagem convencionais ou meios de hospedagem especializados, como o barco-hotel, assim como a ofertar de serviços e produtos diferenciados, tais como: utensílios de pesca, botes motorizados, câmaras frigoríficas, condutores experientes, refeições com pratos típicos regionais. Qualquer meio de hospedagem utilizado deve ter segurança, conforto, comodidade, higiene e qualidade no atendimento.

**Serviços de alimentação –** Identificar melhores restaurantes, lanchonetes considerando a gastronomia regional, a tematização do ambiente conforme cultura local, a qualidade, incluindo a higiene na manipulação de alimentos.

**Conhecimento da Comunidade Local –** Identificar e avaliar a existência atores que detenham informações gerais sobre a localidade, comportamento do peixe, rotas com atrações turísticas complementares e atividades do segmento de pesca. Verificar existência de serviços de apoio para o Turismo de Pesca, envolvendo serviços específicos para a prática da atividade como os fornecedores de iscas.

**Guias e condutores Formados –** identificar profissionais cadastrados pelo Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca, capacitados e especializados, assim como de outras bases de dados nacionais ou estaduais. Identificar ainda agências de receptivo e os Centros de Informações Turísticas podem também disponibilizar informações sobre esses profissionais.

**Envolvimento da comunidade -** Analisar o grau de envolvimento da comunidade com a atividade turística e identificar meios para que se fortaleçam as relações com os turistas e a manutenção dos valores de identidade local e a conservação do ambiente. Para que a comunidade seja atuante e participativa, deve estar organizada e consciente de seu papel, envolvida nas atividades de guia de turismo, piloteiro, hotelaria, restaurantes, barcos-hotéis e outras atividades.

**Legislação** – Levantar e analisar legislação correlata às atividades de pesca, pesca esportiva e turismo de pesca vigente no Brasil e no Estado do Tocantins.

6.1.2 ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA E ANÁLISE DA OFERTA CONCORRENTE

As estratégias determinam as grandes linhas de ações necessárias para a consecução dos objetivos propostos neste Termo de Referência.

Em função do diagnóstico realizado e das áreas críticas de intervenção identificadas, a empresa contratada deverá definir as estratégias que determinam as prioridades de desenvolvimento da atividade turística de pesca esportiva no Estado do Tocantins, levando em conta, pelo menos, os seguintes âmbitos de atuação:

* + 1. Descrição do posicionamento turístico e competitivo desejável para a área de abrangência do plano e dos roteiros turísticos e as estratégias de comercialização necessárias para sua consolidação;
		2. Descrição das linhas de produtos, insumos e os tipos de atividades de turismo de pesca nos quais é necessário concentrar esforços, o que implica gerar diretrizes para a seleção e o ordenamento das áreas geográficas preferenciais, de forma a compor um *portfólio* estratégico de produtos turísticos, segmentos e atividades correlacionados ao turismo de pesca, considerando a geração de mecanismos de apoio para que os investimentos do setor privado possam se alinhar com os investimentos públicos;
		3. Descrição das infraestruturas (básicas e turísticas) e dos serviços necessários para o desenvolvimento do turismo de pesca esportiva, identificando inclusive em quais áreas tais infraestruturas e serviços deverão ser implantadas ou ofertadas;
		4. Descrição do quadro institucional, com especial ênfase na capacidade de investimento turístico e de gestão pública do turismo em nível local e regional;
		5. Descrição das diretrizes socioambientais requeridas para preservar os ativos naturais e patrimoniais da área de abrangência durante o desenvolvimento da atividade turística.

6.1.3 ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL E MECANISMOS DE FEEDBACKS

* + - 1. Plano de Ações

**Seleção de Procedimentos, Ações e Projetos**: O Plano de Ação deve apresentar uma visão geral do conjunto de atividades e projetos de investimento a serem realizados para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Pesca Esportiva no Tocantins, independentemente da fonte de financiamento a ser mobilizada e das entidades por eles responsáveis. Deve estabelecer a relação de cada ação com as estratégias, vinculando-as aos objetivos, tais como, o aumento do emprego e da renda proveniente de turistas e praticantes da pesca esportiva, o aumento dos benefícios para a população envolvida etc.

As ações propostas devem ser agrupadas por componente, preparando-se uma descrição do seu conjunto, com as seguintes indicações:

* Objetivo;
* Justificativa;
* Descrição da ação;
* Custo Estimado;
* Produtos e Resultados.

O Dimensionamento do Investimento Total deverá ocorrer após a identificação das ações por componente e por município, e o correspondente dimensionamento dos investimentos, deverá ser estruturado um quadro que indique os investimentos totais a serem realizados, nas moedas Real e Dólar, identificando-se a cotação de câmbio utilizada.

As ações devem ser objeto de priorização, seja em decorrência da lógica da relação entre as mesmas, ou por necessidade de prévia capacitação institucional do seu executor, especialmente no caso dos municípios.

Deverão ser acrescentadas às descrições contidas no Plano de Ação os seguintes itens:

* Objetivo;
* Justificativa;
* Efeito esperado no desenvolvimento turístico;
* Benefícios e beneficiários;
* Descrição da ação;
* Responsáveis pela execução;
* Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço (se procede) e custo estimado;
* Custo estimado e fonte de financiamento;
* Gastos estimados de Operação;
* Normas de Legislação Ambiental exigida por lei;
* Indicadores de Acompanhamento e fontes de verificação destes indicadores;
* Relação com outras ações quanto aos resultados a serem alcançados e ao cronograma temporal;
* Apresentação de quadro de anteposição (ordenamento cronológico) para execução das ações;
* Nível de Avanço: indicar se existem projetos ou termos de referências ou indicar ações ou mobilizações já desenvolvidas para o alcance das ações propostas.

Deverão ser concebidas ações que solucionem problemas e pontos fracos da atividade de pesca esportiva no Estado do Tocantins, assim como para o fortalecimento dos pontos fortes do desenvolvimento da pesca esportiva.

* 1. PRODUTO 02: ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS DE PESCA ESPORTIVA NOS MUNICÍPIOS DE PALMAS, PORTO NACIONAL, LAJEADO E PEIXE.

Após a Avaliação da Atratividade e viabilidade da região, a Identificação do atrativo principal, a Identificação dos Fatores essenciais para o Turismo de Pesca e o Envolvimento da comunidade no processo de formatação do roteiro turístico a empresa contratada deverá apresentar a proposta de roteiros turísticos de pesca esportiva, testá-los e implanta-los nas regiões turísticas Serras e Lago (Palmas, Lajeado e Porto Nacional) e Ilha do Bananal (município de Peixe).

Para tanto, deverão ser elaboradas propostas de Roteiros de Turismo de Pesca Esportiva, além de testá-los e implantá-los nas áreas selecionadas dos municípios de Palmas, Lajeado, Porto Nacional e Peixe. A proposta deverá considerar no mínimo, as seguintes atividades:

* Definir os melhores locais para implantação dos roteiros de Pesca Esportiva dentro das áreas de abrangência deste TDR;
* Considerar a infraestrutura e os equipamentos turísticos disponíveis para formatação de roteiros de Pesca Esportiva, identificados no diagnóstico;
* Apresentar o potencial do turismo de pesca (esportiva) para a comunidade local e incentivá-la para o empreendedorismo relacionado a esta atividade (como oferta de iscas, materiais de pesca, embarcações etc.), devendo ser realizada (01) uma oficina de apresentação no município de Palmas, envolvendo os municípios de Porto Nacional e Lajeado e (01) apresentação no município de Peixe;
* Promover oficinas para a criação e/ou fortalecimento das associações ligadas à pesca e associações ligadas ao guiamento e condução de turistas, devendo ser realizada (01) uma oficina de apresentação no município de Palmas, envolvendo os municípios de Porto Nacional e Lajeado e (01) apresentação no município de Peixe;
* Propor estratégias para Inserir colônias de pescadores na cadeia produtiva do turismo de pesca e nos roteiros (eco)turísticos de pesca esportiva;
* Elaborar um código de conduta voltado para a atividade de Pesca Esportiva, assim como estratégias para assegurar sua adesão e execução;
* Estabelecer estratégias para ações conjuntas de ordenamento turístico, fiscalização e educação ambiental nas áreas selecionadas para implantação dos roteiros de pesca esportiva.
* Testar os roteiros através de visita técnica, incluindo a análise dos pontos fortes e fracos e o de possíveis melhorias nos serviços oferecidos antes de disponibilizar o produto ao mercado;
* Capturar imagens Full HD (vídeos e fotos) em campo para promoção dos roteiros (eco)turísticos de pesca esportiva nos sites institucionais do Governo, nas redes sociais e TV, e para a criação do guia prático de pesca esportiva do Estado do Tocantins.
* Mapear locais (levantamento de pontos georreferenciados) para o banco de dados e para realização de atividades dos roteiros turísticos de pesca esportiva.
* Realizar reuniões e rodadas de negócios para apoio a comercialização dos roteiros ecoturísticos de pesca esportiva junto aos operadores e agencias que atuam na região e demais interessados, sendo no mínimo 01 (uma) rodada de negócios em cada região turística selecionada, devendo ser realizada a simulação do roteiro ecoturístico de pesca esportiva envolvendo empreendedores/comunidade local / regional (prestadores de serviços turísticos) e Agências de Viagens, Operadores de Turismo das respectivas regiões, considerando no mínimo 06 ( seis) operadores / agentes de turismo, com vistas a pactuação da venda dos pacotes/roteiros ecoturísticos de pesca esportiva. Cabe ressaltar que a organização e execução dos eventos de rodadas de negócios e a organização e execução da simulação do roteiro turístico de pesca esportiva ficarão sob a responsabilidade e custeio da contratada.
	1. PRODUTO 03: CAPACITAÇÃO DE CONDUTORES/GUIAS DE TURISMO ESPECIALIZADO EM PESCA ESPORTIVA

Deverão ser realizadas capacitações dos condutores e guias de pesca locais e regionais para o apoio a operacionalização dos roteiros turísticos de Pesca Esportiva. Para tanto deverão ser realizadas oficinas nas regiões turísticas selecionadas, bem como a elaboração e o repasse para contratante (35 exemplares impressos e em formato digital) de um manual de condutor de pesca esportiva adaptado para realidade das regiões selecionadas. Para tanto a empresa contratada deverá ofertar pelo menos 01 oficina / curso envolvendo os municípios de Palmas, Porto Nacional e Lajeado. Para estes 3 municípios o curso será ofertado em Palmas no local disponibilizado pela SEDEN, com uma quantidade máxima de 70 vagas e carga horária mínima de 40 horas e pelo menos 01 oficina / curso para o município de Peixe (em local disponibilizado pela SEDEN, ou pela prefeitura municipal), com uma quantidade máxima de 30 vagas e carga horária mínima de 40 horas.

As oficinas deverão necessariamente envolver métodos de transferência de conhecimento teórico e prático. A formação do aluno deverá permitir que o mesmo esteja apto para atuar como um profissional da atividade turística, assim como para atuar como um multiplicador de conhecimento local. As atividades a serem desenvolvidas deverão proporcionar a apropriação dos conteúdos didáticos e o uso prático de todo conteúdo ofertado por parte dos alunos. Para cada oficina/curso realizada(o), caberá a consultoria contratada fornecer certificação impressa para todos os alunos capacitados e aptos para realização das respectivas atividades, além planejar ações e estratégias (a serem inseridas nos manuais supracitados) para a multiplicação do conhecimento para outras pessoas da sua comunidade local pelos próprios alunos certificados, sendo considerados a primeira geração de multiplicadores de conhecimento das comunidades locais.

A consultoria contratada deverá ser responsável por todo planejamento e elaboração de conteúdo, mobilização, logística, equipamentos, adequação do local e execução das capacitações, cabendo as instituições parceiras darem o apoio quando possível. As despesas relativas ao deslocamentos, alimentação e hospedagens dos consultores, impressões e oferta de lanches para as oficinas ficarão a cargo da empresa contratada.

Serão ofertados apoios quanto a mobilizações e realização de inscrições para a participação das oficinas pela SEDEN e prefeituras municipais.

PRODUTO 04: ELABORAÇÃO DO BANCO DE DADOS E LAYOUT/BONECO DO GUIA PRÁTICO DE PESCA ESPORTIVA DO ESTADO DO TOCANTINS

* + 1. Informações para Elaboração do Layout / Boneco do Guia Prático de Pesca Esportiva do Estado do Tocantins

## A contratada deverá elaborar relatórios, layout e boneco para subsidiar a elaboração do Guia Prático de pesca esportiva do Estado do Tocantins, incluindo informações sobres as características detalhadas das espécies/espécimes de peixes atrativas para a pesca esportiva, os roteiros com itinerários turísticos, bem como mapas explicativos contendo os pontos específicos onde são encontradas as espécies de peixes da região, e informações turísticas. Também deverá conter o portfólio com fotos legíveis, em alta resolução, apresentando no mínimo 50% das espécies de peixes mais procurados pela pesca esportiva no Estado. O Guia deverá conter ainda dados necessários para promoção do turismo de pesca por região, como: hospedagem, alimentação, trajetos e etc. O levantamento das informações para elaboração dos relatórios, layout e boneco deverá ser complementado com as atividades previstas no Produto 01, na fase de Diagnóstico da Área de Abrangência. Os textos deverão estar em formato bilingue, português e inglês, com introdução, prefácio, sumário e etc. Deverá ser entregue em formato diagramado para impressão, em arquivo PDF (vetor). Formato gráfico do Guia da Pesca Esportiva: CAPA 22x45,5cm aberto, 4x0 cores, MIOLO 21x23cm aberto, 4x4 cores, com aproximadamente 300 páginas.

***Observação***: Todo o material deverá ser entregue com fotos em alta resolução e imagens em Full HD, em arquivos digitais abertos e editáveis. O Guia deverá ser entregue também em formato boneco digital para impressão e divulgação online.

* + 1. Banco de Dados Geográficos

Estruturação de um banco de dados, por meio da coleta de dados em campo com auxílio de GPS e de fontes secundárias, visando embasar a análise integrada das informações levantadas no diagnóstico acerca da área estudada.

O sistema de referência a ser empregado é o SIRGAS 2000, mantendo os padrões do Sistema Cartográfico Nacional, conforme a Resolução do Presidente do IBGE nº 1/2005 que altera a caracterização do Sistema Geodésico Brasileiro e as informações deverão ser entregues no formato DWG (autocad) e no formato SHP (shapefile). Cada entidade de cada nível será representada por uma feição (ponto, polilinha ou polígono) e terá suas informações organizadas no bando de dados.

As relações topológicas deverão seguir conforme abaixo:

Todos os arquivos deverão conter tabela de atributos contendo minimamente as seguintes informações: nome da entidade geográfica (rio, lago, clubes, praias e demais pontos de interesse), coordenadas no formato UTM quando a se tratar de informações de geometria pontual, área em m² das geometrias em formato de polígono e comprimento em metro quando se tratar de geometrias em formato de polilinhas;

Toda entidade que apresentar elevação deve possuir um campo na tabela com o valor altimétrico da mesma;

Textos devem estar associados a uma entidade geométrica;

Não pode haver entidades duplicadas ou redundantes. Cada entidade deve ser representada em um único layer;

Polígonos devem estar fechados, sendo que os adjacentes devem compartilhar analiticamente a sua geometria nos vértices coincidentes, a fim de não ocorrer sobreposição ou espaços vazios entre eles;

Deverá ser apresentado um memorial descritivo dos polígonos referentes às demarcações dos roteiros ecoturísticos de pesca esportiva;

Polígonos de lagos e lagoas não podem ser interrompidos por qualquer outra entidade.

Não pode haver polilinhas duplicadas e/ou desconectadas, a fim de se estabelecer uma relação de integridade e conectividade;

O sentido de restituição das polilinhas de hidrografia deve ser sempre o de nascente para jusante.

Os eixos da hidrografia deverão estar segmentados e identificados por trecho;

Todos os vértices de hidrografia deverão ser representados por pontos com suas respectivas altitudes na tabela (nível de água);

Para a estruturação do banco de dados, os elementos a serem mapeados são:

1. Áreas preliminares tecnicamente adequadas para a prática da pesca esportiva gerada a partir de critérios técnicos como cota mínima de profundidade, ausência de paliteiros, de macrófitas aquáticas flutuantes, qualidade de água, dentre outros;
2. Áreas utilizadas atualmente e potenciais para o desenvolvimento do turismo de pesca e atividades de pesca esportiva;
3. Localização das comunidades tradicionais do entorno das áreas selecionadas para pesca esportiva;
4. No caso de reservatório, altimetria / batimetria, quando existirem dados disponíveis, nas áreas consideradas aptas para a atividade de pesca esportiva;
5. Áreas sujeitas à poluição por agrotóxicos por meio do processo de lixiviação a partir de culturas situadas na margem do rio ou reservatório;
6. Rotas de navegação;
7. Áreas de segurança do rio ou reservatório para o desenvolvimento da pesca esportiva;
8. Polígono das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais e corredores ecológicos existentes;
9. Usos múltiplos identificando os pontos de apoio a tanques redes, áreas privadas e públicas de lazer, praias, colônias de pescadores, portos, atracadouros e píer ou pontos de embarque e desembarque, além de pontos de captação de água para abastecimento humano, pontos de lançamento de esgotos domésticos e industriais.
10. Ocorrência de corredores de dessedentação, locais de captação de água para irrigação e linhas de transmissão;
11. Identificar e caracterizar zonas ideais para esportiva;
12. Zoneamento ambiental identificando as áreas de recuperação, de uso intensivo e restrito, no caso de Unidades de Conservação estaduais, federais e municipais e corredores ecológicos, dentre outros; e
13. Mapa preliminar das áreas selecionadas para implantação dos roteiros ecoturísticos de pesca esportiva.

A empresa contratada deverá prever ainda a transferência de conhecimento para 10 servidores da SEDEN envolvendo operação, manutenção e ampliação da Base de Dados. O treinamento ocorrerá em local disponibilizado pela Seden e o material utilizado será em arquivo digital.

* 1. PRODUTO 05: RELATÓRIO FINAL

Por fim deverá ser apresentado um relatório final contendo todos os produtos anteriores, incluindo mapas, registros de imagens (vídeos e fotos), e anexos com formulários de pesquisa, atas e listas de reuniões, e demais documentos técnicos ou que se fizerem pertinentes.

1. **RESULTADOS, PRODUTOS ESPERADOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DATAS DE ENTREGA** | **PRODUTOS** | **% DE PAGAMENTO** |
| Até 26 dias | **Produto 01: ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA ESPORTIVA NO ESTADO DO TOCANTINS**- Diagnóstico da Área de Abrangência- Elaboração de Estratégias da Área de Abrangência -Elaboração do Plano de Ações e Mecanismos de Feedbacks | 30% |
| Até 67dias | PRODUTO 02: ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ROTEIROS (ECO)TURÍSTICOS DE PESCA ESPORTIVA NOS MUNICÍPIOS DE PALMAS, PORTO NACIONAL, LAJEADO E PEIXE. | 30% |
| Até 83 dias | PRODUTO 03: CAPACITAÇÃO DE GUIAS/CONDUTORES DE TURISMO ESPECIALIZADO EM PESCA ESPORTIVA | 15% |
| Até 103 dias | PRODUTO 04: ELABORAÇÃO DE BASE DE DADOS E DE RELATÓRIO DO GUIA PRÁTICO DE PESCA ESPORTIVA DO ESTADO DO TOCANTINS- Relatório do Guia Prático de Pesca Esportiva do Estado do Tocantins- Base de Dados Georreferenciada | 15% |
| Até 126 dias | PRODUTO 05: RELATÓRIO FINAL | 10% |

1. **FORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS**

Todas as versões dos produtos deverão ser entregues em quatro vias originais, impressas em qualidade Laserprint ou similar, em papel formato A4, capa dura, de acordo com as Normas Brasileiras (NB), com exceção dos mapas, desenhos e gráficos, em que poderão ser utilizados outros formatos das NB para sua perfeita compreensão.

Cada versão final deverá ser fornecida também em CD-ROM, formatado e gravado no editor de texto Word for Windows da Microsoft.

A formatação dos documentos, nas versões preliminares e final, deverá observar as seguintes características:

* + - Programa: Word ou similar;
		- Fonte: Arial;
		- Título principal: Arial 11, caixa alta, negrito.;
		- Subtítulo: Arial 11, caixa alta e baixa, negrito;
		- Texto: Arial 11, justificado;
		- Páginas numeradas e impressas frente e verso;
		- Espaçamento simples entre linhas e um espaço entre parágrafos;
		- Numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto (ex.: 1.,1.1., 13.2 etc.);
		- Margens da página: superior e inferior com 2 cm, esquerda com 3 cm, direita com 2 cm e cabeçalho e rodapé com 1,6 cm e sem recuo para indicar parágrafo, começando no início da margem esquerda;
		- Tamanho A4 do papel;

**Prestação de contas para análise técnica do contratante**

Todo material cartográfico que vier a ser utilizado e/ou elaborado deverá ser entregue em quatro vias, na escala e formatos das NB mais apropriados para apresentar as informações, discutidas e aprovadas junto à equipe de trabalho, os quais passarão a ser propriedade da contratante.

**Relatório Fotográfico:**

As fotos deverão ser produzidas no sentido de valorizar a sua criação, devendo ser observada a composição da imagem com o cenário. As imagens deverão ser identificadas e entregues em relatórios impressos e em formato digital.

1. ESPECIFICAÇÃO DA EQUIPE CHAVE
	1. **Da Equipe Chave**

A equipe para elaboração dos trabalhos descritos neste TDR será composta por especialistas de apoio individual, incluindo o grupo de apoio administrativo.

A equipe chave deverá ser composta por 1 (um) Coordenador Geral e 03(três) Especialistas que atendam os seguintes requisitos:

**QUADRO 01 – EQUIPE TÉCNICA CHAVE**

|  |  |
| --- | --- |
| **ITEM** | **DISCRIMINAÇÃO DO PROFISSIONAL** |
| **1** | **01 (um) coordenador de projeto**, profissional com formação superior em Biologia, ou Gestão ambiental, ou engenharia de pesca; ou áreas afins e com no mínimo 05 (cinco) anos de experiência na coordenação de projetos voltados para o ecoturismo, e/ou turismo de natureza, e/ou turismo em Unidades de Conservação (uso público), e/ou turismo de pesca, e/ou pesca esportiva, e/ou pesca científica, e/ou com competência profissional para exercer as funções de planejamento, coordenação, acompanhamento, editoração e avaliação de ações e resultados. |
| **2** | **01 (um) profissional** com formação em Turismo, ou áreas afins; e com experiência de pelo menos 05 (cinco) anos em trabalhos de desenvolvimento do turismo local / regional, e/ou ecoturismo, e/ou turismo náutico, e/ou turismo científico, estudos, pesquisas, inventários e diagnósticos turísticos, elaboração de roteiros turísticos, e trabalhos similares. |
| **3** | **01 (um) profissional** com formação em Biologia, ou gestão ambiental, ou engenharia ambiental, ou engenharia de pesca, ou áreas afins, especialista em ictiofauna; e com experiência de pelo menos 05 (cinco) anos no desenvolvimento de estudos, planos, projetos de turismo de pesca, e/ou pesca esportiva, organização de eventos de pesca, e/ou formatação de roteiros de pesca e similares.  |
| **4** | **01(um) profissional** com formação acadêmica na área da geografia, ou sistemas de informação, ou informática, ou engenharia ambiental, ou áreas afins; com experiência de pelos menos 05 (cinco) anos em georreferenciamento e cartografia, manejo se softwares de geoprocessamento e noção em geoestatística e/ou geomarketing. |

**QUADRO 02 – EQUIPE APOIO - SUGERIDA**

|  |
| --- |
| **DISCRIMINAÇÃO DO PROFISSIONAL** |
| **01(um) profissional** com formação Publicidade e Propaganda ou Comunicação Social; e com experiência de pelo menos cinco anos em marketing turístico, criação de peças e campanhas publicitárias, artes gráficas, e trabalhos similares. |

Além da equipe-chave e de apoio, a Consultora poderá considerar a necessidade de participação de outros profissionais e especialistas em tópicos pontuais.

Após a assinatura do contrato não serão admitidas substituições de nomes de especialistas na composição da equipe técnica, exceto quando previamente autorizado pela SEPLAM e a SEDEN e desde que o profissional substituto apresente qualificações equivalentes ou superiores às do profissional substituído. A substituição do Coordenador Geral, somente será aceita por razões imperiosas, fora do controle da empresa ou consórcio de empresas, devidamente aceitas pela cliente.

1. **PRAZO DE EXECUÇÃO**

A duração dos trabalhos será de **186 (cento e oitenta e seis dias)** dias para a execução e prestação de contas dos serviços previstos neste Termo de Referência, contados a partir da emissão da ordem de serviço.

**VALIDAÇÃO DOS PRODUTOS**

A validação dos produtos previstos neste Termo de Referência serão realizadas por meio da Diretoria de Planejamento e Projetos Estratégicos - DPPE, da Superintendência de Desenvolvimento Turístico, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura – SEDEN, assim como pelo respectivo fiscal de contrato.

**BASE LEGAL**

Deverão ser observadas as seguintes legislações:

1. Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal;
2. Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, que fixa as Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira e dá outras providências; e sua legislação decorrente;
3. Portaria IBAMA 145N, de 29 de outubro de 1998, que estabelece normas para a introdução, reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos e macrófitas aquáticas para fins de aquicultura, excluindo-se as espécies animais ornamentais, e/ou dispositivos complementares;
4. Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (APPs);
5. Decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos de água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências;
6. Instrução Normativa Interministerial nº 06, de 31 de maio de 2004, que estabelece as normas complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências;
7. Instrução Normativa MPA n° 08, de 25 de maio de 2010, que revoga as Instruções Normativas SEAP/PR nº 17, de 22 de setembro de 2005, e SEAP/PR n° 11, de 04 de março de 2008;
8. Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos d’água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências;
9. Resolução CONAMA nº 413, de 26 de junho de 2009, que dispões sobre o licenciamento ambiental da aquicultura;
10. Normas da Autoridade Marítima NORMAM nº 11 e n° 17;
11. Programa Nacional de Parques Aquícolas do MPA;

Legislações Ambientais Federal, Estadual e Municipal, quando pertinentes.

**INSUMOS DISPONÍVEIS**

Estarão disponíveis para consulta e/ou utilização por parte das empresas os seguintes documentos e informações:

TOCANTINS. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura do Estado do Tocantins. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Palmas - PDITS. Palmas – TO. 2016.

TOCANTINS. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura do Estado do Tocantins. Plano de Marketing Turístico Polo Palmas. Palmas – TO. 2016.

TOCANTINS. Agência de Desenvolvimento Turístico. Projeto Revelando o Tocantins. ADTUR, 2011.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e da modernização da Gestão Pública do Estado do Tocantins. Avaliação do Impacto Socioambiental (AISA) do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Estado do Tocantins (PDRIS). Palmas – TO. 2011.

TOCANTINS. Instituto Natureza do Tocantins. Base cartográfica digital contínua do Estado do Tocantins. Palmas, Naturatins. s/d.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento. Diretoria de Pesquisas e Informações (Seplan/DPI). Anuário Estatístico do Estado do Tocantins. Palmas, Seplan, 2010.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento. Base de Dados Geográficos. Arquivos com mapas temáticos referentes a cada folha MIR na escala 1:250.000, estruturados em SIG (formatos PC ARC/INFO e SGI/SPRING‐Inpe), arquivos de impressão (hpgl) e arquivos em formato dxf. Estes arquivos são referentes aostemas bacias hidrográficas, declividade, erodibilidade potencial dos solos, geologia, formas de relevo, pedologia, cobertura e uso da terra, vegetação potencial, compartimentação geoambiental e potencialidade de uso das terras. 2010.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins. Arquivos com mapas temáticos integrados apartir da escala 1:250.000 e sintetizados na escala 1:1.000.000, estruturado sem SIG (formatos PC ARC/INFO e SGI/SPRING‐Inpe), arquivos de impressão(hpgl) e arquivos em formato dxf. Tais arquivos referem‐se aos mesmos temas descritos anteriormente.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública do Estado do Tocantins. Atlas do Tocantins: subsídios ao planejamento da gestão territorial. Arquivo digital em formato pdf contendo o Atlas do Tocantins. 2012.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins. Programa de Gestão Territorial do Norte do Tocantins. Arquivos digitais com mapastemáticos estruturados em SIG (formato PCArcView) e/ou relatórios em formato pdfelaborados para a região Norte do Estado do Tocantins. Estas informações englobam estudos na escala 1:250.000, referentes a: geologia, geomorfologia,solos, aptidão agrícola das terras, inventário florestal e levantamento florístico, cobertura e uso da terra, estudo de flora e fauna, análise ambiental e socioeconômica, inventário socioeconômico, contexto estadual e regional, plano de Zoneamento Ecológico‐Econômico, zoneamento agrícola e caracterização das organizações sociais formais. 2005.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins. Estudos ambientais em Unidades de Conservação e áreas prioritárias. Arquivos digitais e em papel, referentes a planos de manejo e de gestão para Unidades de Conservação (proteção integral e uso sustentável) e avaliações ecológicas rápidas em áreas prioritárias para proteção da biodiversidade.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento do Estado do Tocantins. Anuário Estatístico do Estado do Tocantins. Arquivo digital em formato pdf contendo informações socioeconômicas para todo território tocantinense. 2009.

TOCANTINS. Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins. Plano Estadual de Recursos Hídricos do Tocantins. Arquivos digitais em formato pdf contendo relatórios técnicos e mapas temáticos em escala 1:1.000.000, referentes ao Plano de Recursos Hídricos do Estado do Tocantins. 2011.

TOCANTINS. Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Estado do Tocantins e Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins. Planos de Bacias Hidrográficas. Arquivos digitais com mapas temáticos estruturados em SIG (formato PCArcView) e/ou relatórios em formato pdf contendo os planos de bacias hidrográficas dos rios e Lontra e Corda; Formoso, Manuel Alves, Palma, Entorno do Lago da UHE Luiz Eduardo Magalhães, e Balsas e São Valério.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins. Estudo da Dinâmica da Cobertura e Uso da Terra do Estado do Tocantins 1990/2000/2005/2007. Arquivos com mapas temáticos em escala 1:100.000 estruturados em SIG (formato PC ArcGIS), referentes ao mapeamento da cobertura e uso da terra para os anos de 1990, 2000, 2005 e 2007 e de dinâmica da cobertura e uso da terra (1990‐2000, 2000‐2005, 2005‐2007, 1990‐2005 e 1990‐2007), bem como relatório técnico digital em formato pdf.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública do Estado do Tocantins. Mapeamento das Regiões Fitoecológicas e Inventário Florestal do Estado do Tocantins. Arquivos com mapas temáticos em escala 1:100.000 estruturados em SIG (formato PC ArcGIS), referentes ao mapeamento das regiões fitoecológicas noterritório tocantinense, bem como relatório técnico digital em formato pdf.

Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia‐Tocantins (PRODIAT), coordenado pelo Ministério do Interior/OEA.

Projeto RADAMBRASIL – IBGE.TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. Indicadores Regionais do Tocantins.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. Estudos sobre os Polos Ecoturísticos do Estado do Tocantins.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente ‐ Diagnóstico do Uso de Agroquímicos nas Sub‐bacias Hidrográficas a Montante do Parque Estadual do Cantão e seu Entorno. 2002.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. Diagnóstico das potencialidades e mapeamento hidrogeológico das Fontes termais de Jaú e Paraná do Tocantins. 2003.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente – Estudos Hidrossedimentológicos do Riacho da Areia no Parque Estadual do Jalapão, município de Mateiros. 2004.

TOCANTINS. Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Estado do Tocantins. Programa Estadual de Biodiversidade do Estado do Tocantins.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e da modernização da Gestão Pública do Estado do Tocantins. Avaliação do Impacto Sócioambiental (AISA) do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Estado do Tocantins (PDRIS). Palmas – TO. 2011.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. 261./1991. Política Estadual de Meio Ambiente. 1991.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. Lei 1.307/2002. Política de Recursos Hídricos do Estado do Tocantins. 2002.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. Lei 1.374/2003. Política de Educação Ambiental do Estado do Tocantins. 2003.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. Lei 1.560/2005. Sistema Estadual de Unidade de Conservação do Estado do Tocantins. 2005.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. Lei 771/1995. Política Florestal do Estado do Tocantins. 1995.

TOCANTINS. A Secretaria do Planejamento e Orçamento. Documento de Avaliação do Projeto- PAD

TOCANTINS. A Secretaria do Planejamento e Orçamento. Manual Operacional do Projeto – MOP

TOCANTINS. A Secretaria do Planejamento e Orçamento. Acordo de Empréstimo – Loan Agreement

**GESTÃO DA CONSULTORIA**

Sempre que necessário a empresa consultora manterá contato com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura através do email gabinete@adtur.to.gov.br endereçado ao secretário da pasta com cópia para dppe@adtur.to.gov.br.

Os produtos e relatórios serão encaminhados ao:

**Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura.**

**Esplanada das Secretarias ‐ Praça dos Girassóis – s/n 77000000 – Palmas**

**Fone: (63) 3218‐2335**